

Governo derruba, depois avisa

Secretaria de Obras enviou ao Iphan projeto de restauração da Rodoviária três dias depois de pôr abaixo estrutura tombada pela Unesco

O secretário de Obras, Hermes de Paula, admite que as lajes do piso superior da plataforma da Rodoviária foram derrubadas antes de o projeto de restauração ser apresentado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) — único órgão que poderia aprovar tal demolição. O projeto só foi enviado ontem ao Instituto.

A destruição da laje, realizada no último sábado, foi decidida com base em um laudo de técnicos do Laboratório de Estrutura da Universidade de Brasília (UnB), contratados pela secretaria. Mas o documento de 25 de janeiro não aponta a demolição como a única solução viável, e sim alerta para a precariedade da estrutura que poderia provocar um acidente. “A empresa já recomendava em janeiro/1989 que fossem adotadas medidas corretivas necessárias... para que não sejam colocadas em risco a vida de pessoas que por ali transitam” diz um dos trechos. Os técnicos recomendam ainda uma revisão geral e reparo de danos causados por má utilização e manutenção deficiente na estrutura.

As obras na plataforma superior da rodoviária estão suspensas há três dias por determinação da Procuradoria Geral da República. O procurador Antonio Carlos Bigonha pediu que a Polícia Federal investigasse se a derrubada das lajes oferecia danos ao patrimônio tombado. Não houve flagrante, e o inquérito foi aberto ontem para apurar os responsáveis pela demolição. “Há dois aspectos, o civil e o criminal. Houve uma lesão à estrutura física do prédio e uma destruição de um bem tombado. O que ocorreu no sábado foi um crime”, garante o procurador Carlos Bigonha.

SEM CRIME

Mas Hermes de Paula está convicto de que nenhum crime foi cometido. Segundo ele, a laje estava comprometida e ameaçava a segurança da população. “A melhor hipótese era a demolição. A segunda opção, a de restaurar, era inviável”, afirma. De acordo com o secretário, os trabalhos de restauração saíam de quatro a cinco vezes mais caros e sem as mesmas condições de segu-

rança. “Vamos construir uma estrutura nova e mais segura. Mas em nada vamos alterar o projeto original”, garante.

Nos próximos 30 dias, a Polícia Federal vai pedir ao GDF todos os documentos referentes à Rodoviária, como plantas do prédio e projetos da reforma. A assessoria de comunicação da PF informa que os laudos de autorização do Iphan também serão exigidos. Só então será feita uma perícia para determinar o grau do dano causado à estrutura original.

O presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), Haroldo Pinheiro, insiste que o laudo dos técnicos da UnB, em que se baseou a secretaria, deveria ter sido aprovado pelo Iphan. “Mesmo que o laudo aponte a demolição como única solução, somente o Iphan — que é o órgão fiscalizador — poderia apontar isso”, diz o presidente do IAB. “É uma importante obra do arquiteto Lúcio Costa”, lamenta Haroldo Pinheiro.

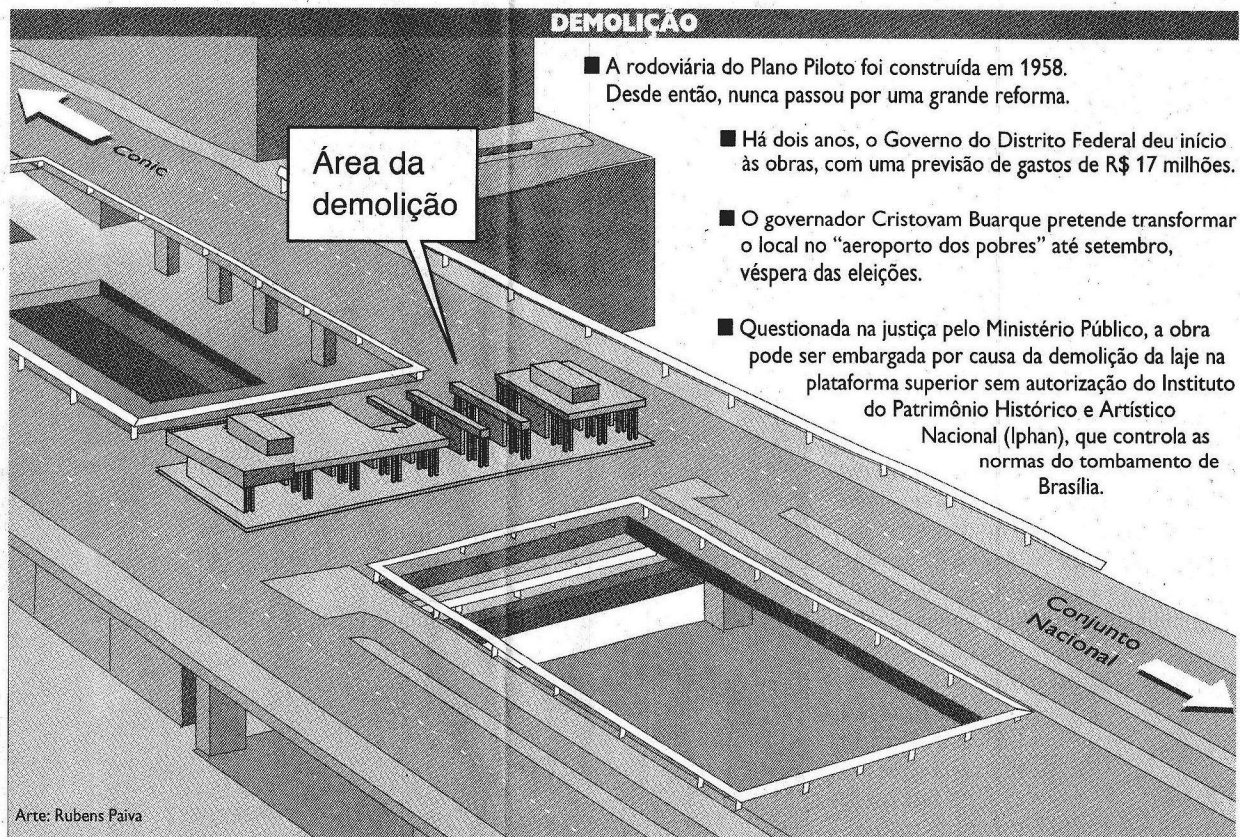
Mas na opinião do secretário Hermes de Paula, de nada valia a laje derrubada. “Qual o valor histórico daquela laje? Nenhum. É uma laje como outra qualquer”, define.

CRONOGRAMA

O secretário de Obras garante que o cronograma de reformas, previsto para terminar em setembro, será mantido. “Temos um compromisso com a comunidade”, defende Hermes de Paula.

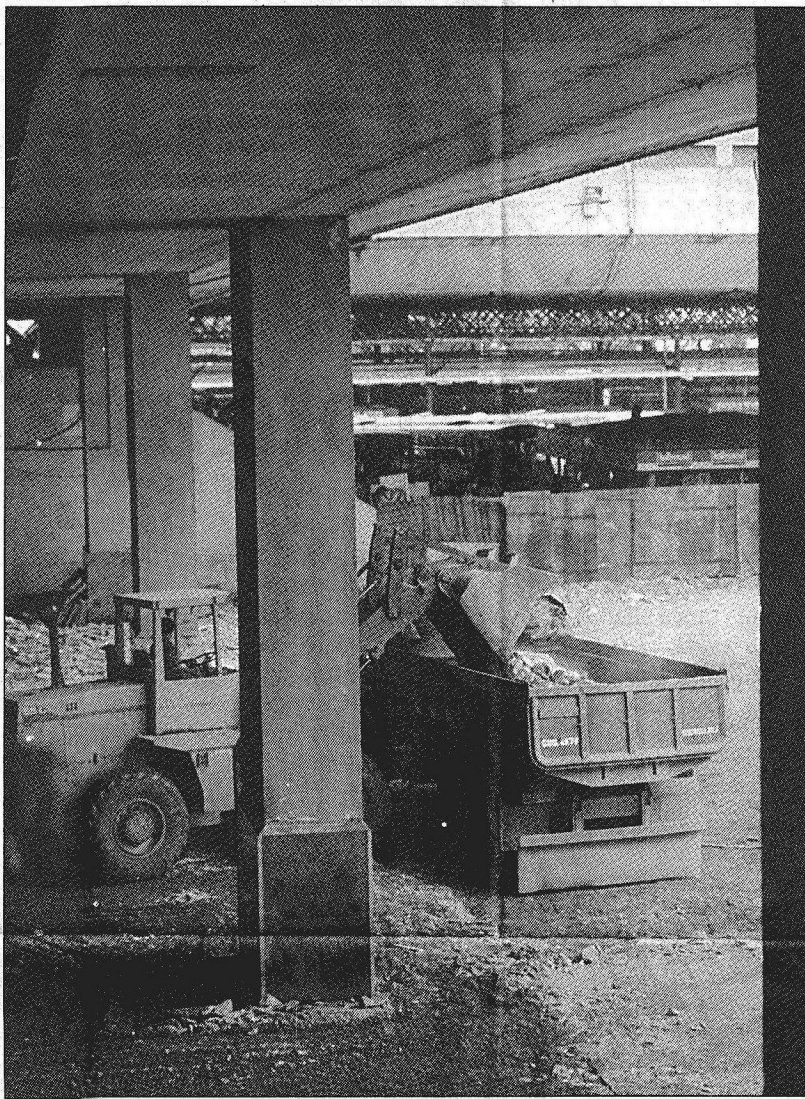
Por enquanto, as obras na plataforma superior estão suspensas até a aprovação do projeto de restauração pelo Iphan. “Estou confiante da aprovação. Não penso numa segunda hipótese. É sofrer de véspera”, afirma Hermes.

O presidente do Iphan, Glauco Campelo, a quem cabe aprovar ou proibir as demolições de estrutura da Rodoviária, viajou para o Rio de Janeiro sem responder aos pedidos de entrevista do *Correio*. Mas, ontem, em um programa de televisão, fez um comentário que demonstra a posição do Iphan em relação à Rodoviária. “O que nos interessa é a forma como a obra foi vista pelo arquiteto Lúcio Costa”, disse.



Arte: Rubens Paiva

Adauto Cruz



As obras na plataforma superior da Rodoviária estão suspensas desde sábado

MEMÓRIA

BRIGA JUDICIAL TEVE INÍCIO EM JANEIRO

A primeira intervenção na reforma da Rodoviária foi em 21 de janeiro deste ano. O procurador da República Antônio Carlos Bigonha entrou com uma ação civil na Justiça contra o Distrito Federal e contra o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Bigonha sustenta que o projeto de R\$ 17 milhões contraria as normas do tombamento de Brasília.

Iniciada há dois anos, a reforma da Rodoviária de Brasília tem previsão de estar concluída em setembro. O governador Cristovam Buarque tem a expectativa de criar o “aeroporto dos pobres” com o trabalho. As obras aceleraram a partir do último dia 7, quando o terminal principal foi desativado. Os 400 mil passageiros que passam diariamente pelo local têm de utilizar o terminal provisório montado de frente para a Esplanada.